

## **“OPÇÃO PELOS POBRES OU NEOCONSTANTINISMO ÀS AVESSAS?”: A IMPRENSA QUE DESVELA OS DESENCONTROS POLÍTICO-ECLESIAS ENTRE INTELCTUAIS DA IGREJA CATÓLICA NO NORDESTE BRASILEIRO (1965-1979)**

Osnar Gomes dos Santos<sup>1</sup>

### **Resumo**

O artigo que segue tem por objetivo tratar das disposições político-eclesiais da Igreja Católica, no Nordeste brasileiro, que emergiram na discussão acerca da “opção preferencial pelos pobres”, encetada em fins dos anos 1960. Manchetes, artigos, notas e entrevistas de distintas fontes da imprensa, tanto secular quanto religiosa, desnudaram as relações de poder entre religiosos que desempenhavam a função de intelectual da Igreja Católica durante a ditadura militar. Tais revelações ratificam os desencontros no interior do clero, ilustrando a influência do discurso dos intelectuais católicos na legitimação ou na deposição dos instrumentos constituintes tanto da ordem estabelecida no Brasil pós-golpe de 1964 quanto da instituição religiosa no mesmo período.

**Palavras-chave:** Intelectuais católicos. Relações de poder. Opção pelos pobres.

Recebido em 08 de março de 2017 e aprovado para publicação em 29 de abril de 2018

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Correio eletrônico: ozmengao@hotmail.com.

## **Medellín: o início de uma guerra de representações do *aggiornamento* católico difundidas pela imprensa**

No ano de 1968 é realizada na Colômbia a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, a Conferência de Medellín. É unânime entre teólogos, cientistas sociais e historiadores que aquela reunião episcopal era a aplicação do Concílio Vaticano II para a América Latina, conforme palavras do teólogo belga e importante intelectual orgânico dos movimentos de base da Igreja Católica, José Comblin<sup>2</sup>. Aquela Conferência deu um ganho de consistência em uma opção evangélica que criaria um sem número de conflitos de significados e representações no interior da instituição religiosa: a “opção preferencial pelos pobres”.

Pode-se destacar que a opção preferencial pelos pobres deu seus primeiros sinais de vida no ano que marcou a última sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II, em meio ao célebre acordo firmado por 39 bispos na Catacumba de Santa Domitila<sup>3</sup>. O acordo que ficou conhecido como o “Pacto das Catacumbas” delineou pontos nevrálgicos para a mudança radical que viria a ocorrer na Igreja da América Latina em fins dos anos 1960 e nas décadas subsequentes. Vale destacar a participação luminar de religiosos nordestinos, ou que atuavam na região, enquanto signatários do Pacto e da rede de relação “Igreja dos Pobres”, identicamente responsável por dar valorização à pauta da pobreza no Vaticano II.

O Pacto das Catacumbas logo recebeu a adesão de mais de 500 bispos católicos de todo o mundo. Os revérberos daquela adesão chegaram ao Brasil no início da ditadura militar e foram potencializados após o Ato Institucional Número 5, o AI-5, uma vez que parte da censura e perseguição a qualquer indício de oposição sistematizada aos intentos da nova ordem alcançou rapidamente a Igreja Católica, especialmente as suas bases que enfileiravam pastorais sociais e organismos de luta por justiça social. Segundo hipótese de Luiz Gonzaga de Souza Lima:

[...] a Igreja e as outras organizações do espaço social católico brasileiro foram incorporadas na dinâmica dos conflitos entre as classes sociais, na medida em que se acelerava a crise da sociedade brasileira [...]. A falta de liberdade política no país contribuiu [...] para que esse processo de reorientação [da Igreja] se acelerasse e ao mesmo tempo recebesse um caráter novo, em consequência do qual nasceriam momentos e “espaços sociais” de mobilização política da população e novos canais de participação política. A criação desses espaços, momentos e canais de participação ocorreu principalmente em torno de conteúdos tais como a defesa dos direitos humanos, a reivindicação de uma

---

<sup>2</sup> Cf. COMBLIN, José. Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois. - São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos. Cadernos Teologia Pública, 2008, p. 5.

<sup>3</sup> Cf. BEOZZO, José Oscar. Padres Conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia (1959-1965). Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo (USP), 2001, p. 158.

sociedade democrática, a resistência contra o extermínio físico e cultural dos índios e a defesa dos direitos dos camponeses e dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento do referido processo, conjugado com a falta de democracia no Brasil, veio determinar uma situação nova na qual emergem elementos de grande importância, tais como o engajamento da Igreja e de leigos organizados na luta pela democracia e por transformações sociais e, particularmente, o fato de que esse engajamento implica o desempenho [...] de um papel de grande importância no conjunto das forças políticas e sociais que se identificam com esses objetivos.<sup>4</sup>

Entretanto, cabe assinalar que para o cientista político acima citado havia a constatação de que o processo de engajamento da Igreja Católica não se dava de forma homogênea. Pelo contrário, era híbrido e contava com setores que ainda mantinham as antigas ligações verticais com a sociedade<sup>5</sup>. Mesmo que Luiz Gonzaga enxergasse tais setores na condição de “menos ativos dentro da instituição”<sup>6</sup>, ao que consta foram eles fundamentais para a movimentação dúbia da Igreja no período.

O papel dos intelectuais orgânicos e tradicionais da Igreja Católica naquele interim foi basilar, ora para a legitimação das disposições da instituição naquele processo, ora para a sua condenação mordaz. De acordo com o teórico italiano Antônio Gramsci, todos os homens são intelectuais, contudo nem todos cumprem a função de intelectual na sociedade, de tal modo que, para o filósofo, “intelectuais” são categorias especializadas, formadas historicamente para o exercício da função intelectual, conectados, substancialmente, com os grupos mais influentes, como uma espécie de porta-vozes daqueles grupos<sup>7</sup>. De acordo com Luiz Alberto Gómez de Souza:

Nessa direção é interessante situar na América Latina, e nas transformações recentes de seu sistema capitalista dependente, a trajetória dos grupos [de intelectuais] a que faz referência Gramsci, sua integração ao processo de modernização capitalista, ou algumas vezes tomando posição crítica diante dele, ao lado das novas forças populares emergentes<sup>8</sup>.

Da região Nordeste do Brasil saíram distintos representantes do clero, tanto da alta quanto da baixa hierarquia, que faziam parte do quadro de intelectuais e/ou especialistas da Igreja Católica. Foram eles indispensáveis na consubstanciação da nova orientação católica que atingiu amplos setores da esfera religiosa. Entre eles, também havia aqueles que manifestaram o profundo ceticismo com a reorientação eclesial que partia da opção pelos pobres em emergência. A celeuma lembrava a “dialética histórica

---

<sup>4</sup> Cf. LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. – Petrópolis: Vozes, 1979, p. 68-69.

<sup>5</sup> Idem, p. 72.

<sup>6</sup> Idem, p. 73.

<sup>7</sup> Cf. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. – Rio de Janeiro: Edição Civilização Brasileira, 2001, p. 18.

<sup>8</sup> Cf. SOUZA, L. A. G. *Classes populares e Igreja: nos caminhos da história*. – Petrópolis: Vozes, 1982, p. 59.

no campo da moral”<sup>9</sup>, conceituação propalada por Walter Benjamin acerca da dubiedade de posições que um mesmo fenômeno – no caso descrito, o religioso – pode transmitir na tessitura social.

Decifrando as nuances de posição dos religiosos e intelectuais católicos sobre a opção pelos pobres e sua conseqüente inclinação à luta por reformas capazes de obstaculizar as iniquidades sociais e políticas – pontuadas no Vaticano II e condenadas com maior intensidade em Medellín<sup>10</sup> –, a imprensa foi parte fulcral não apenas para o desvelamento público dos antagonismos gerados no âmbito da Igreja pós-opção pelos pobres, mas também era ela ferramenta fundamental dos próprios porta-vozes católicos. Esses conheciam a importância do uso de canais de comunicação em meio às ondas de repressão que assolavam o país. Em outras palavras, a disputa pelo acesso à imprensa naquele momento histórico era uma vantagem que setores da Igreja Católica ansiavam conquistar, a fim de manter a sua influência na sociedade e ganhar espaço para então jogar luz nas suas visões de mundo – as quais em inúmeras ocasiões se chocavam com as de outros setores do clero.

Em Medellín, a pobreza ganha centralidade nas discussões apostólicas, sendo cobrada do episcopado latino-americano a participação em diferentes fileiras políticas que não os tornassem indiferentes às “tremendas injustiças sociais existentes na América Latina”<sup>11</sup>. Contudo, as visões dos intelectuais no tocante as exortações clericais que se esboçavam nas “Conclusões de Medellín” demonstraram o caráter múltiplo e antagônico dos que ocupam a função daqueles que por vezes servem de amplificadores de um grupo ou estrato social e histórico<sup>12</sup>.

De acordo com a problematização de Jean-François Sirinelli, comparando a hegemonia que exerceram os intelectuais de esquerda e os de direita no Estado, o teor crítico da sociedade intelectual é dualista, não pode ser limitado a uma única visão de

---

<sup>9</sup> Cf. LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de Incêndio: uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”. – São Paulo: Boitempo, 2005, p. 10.

<sup>10</sup> Isso se confirma na medida em que a Conferência de Medellín, ao incorporar a leitura da Teoria da Dependência, pôs em questionamento os alicerces da “Ideologia do Desenvolvimento”. Sendo assim, inúmeros bispos partícipes de Medellín passaram a enxergar como ingênua a ideia de alcançar o desenvolvimento de seus respectivos países sob o auxílio dos países dominantes; pelo contrário, o sistema político-econômico imposto pelos países desenvolvidos agora eram eles entendidos na condição de responsáveis pelo atraso do Terceiro Mundo, sendo necessário um rompimento com a dominação a partir de reformas estruturais capazes de “libertar” os países subdesenvolvidos. Cf. COMBLIN, José. Op. Cit., p. 11-12. Ver também LIBÂNIO, João Batista. Igreja contemporânea – Encontro com a modernidade. – São Paulo: Loyola, 2002, p. 126-127.

<sup>11</sup> Cf. CONCLUSÕES DE MEDELLÍN. II Conferência do Episcopado Latino-americano. – São Paulo: Paulinas, 6ª Edição, 1968, Capítulo 14, Tópico I.

<sup>12</sup> SIRINELLI, J. Os Intelectuais. In: REMOND, René. Por uma história política. – Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 254.

mundo, o que tornaria a criticidade na condição de exercício intrinsecamente contraditório aos grupos de intelectuais conservadores ou de direita<sup>13</sup>. A dualidade é resultado direto da dinâmica inerente a um grupo social que é ao mesmo tempo produtor de cultura e produto dela.

Alguns casos ilustram precisamente essa dualidade de perspectivas do meio intelectual católico na região Nordeste por aquele momento histórico. Os significados de um grupo de intelectuais podem ser expressos pela narrativa de José Comblin, doutor em Teologia pela Universidade Católica de Lovaina, famoso teólogo da libertação, professor do Instituto de Teologia do Recife e escritor de inúmeras obras que abordam temáticas que vão desde os estudos teológicos até às análises rebuscadas sobre a conjuntura político-econômica pós-advento do neoliberalismo. Para ele, os resultados de Medellín e seu estímulo ao que viria a ser a opção preferencial pelos pobres representavam a centralidade do tema da pobreza, sendo em sua avaliação:

[...] o prolongamento do Pacto das Catacumbas. Nessa opção, podemos discernir o reconhecimento da conversão de vários bispos e vários sacerdotes na América Latina que se aproximaram dos pobres, convivendo com eles, sentindo e vivendo os seus sofrimentos e as suas humilhações. Tudo isso já existia antes de Medellín. Já estava presente na trajetória de Dom Hélder e de vários bispos do Brasil que tinham feito opção pelos pobres [...]. Já estava presente a ida de vários sacerdotes para o mundo dos pobres em vários países. E havia a presença de Paulo VI animado pelo Concílio e muito comprometido, exortando os bispos para um maior compromisso com os pobres.

A análise do teólogo que atuou nas regiões mais pobres do Nordeste dá conta, inclusive, das atividades de importantes religiosos e porta-vozes do campo progressista do episcopado<sup>14</sup>, os quais tiveram sua postura radicalizada após os acontecimentos de ampla repercussão que iam naquele momento modificando a identidade da instituição, a exemplo da Conferência de Medellín e daquilo que o teólogo Leonardo Boff chamou de “o confronto da fé com o escândalo da pobreza”<sup>15</sup>. As tendências orgânicas da Igreja Católica<sup>16</sup>, com seus diversos canais de comunicação com as massas, puderam utilizar seus meios tanto para amplificar sua reorientação político-ecclesial, quando elas progressistas, quanto para imprimir posições radicalmente contrárias àquelas reorientações, quando elas conservadoras.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 256-257.

<sup>14</sup> O campo progressista pode ser caracterizado, em consonância com a descrição de Michael Löwy, como uma minoria influente, mesmo que pequena, de radicais, e capazes de uma solidariedade ativa e engajada com os movimentos populares e de trabalhadores e camponeses. Cf. LÖWY, Michael. A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. – Petrópolis: Vozes, 2000, p. 66.

<sup>15</sup> Cf. BOFF, Leonardo. Ecclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo. – Petrópolis: Vozes, 1986, p. 18.

<sup>16</sup> Cf. LÖWY, Michael. Ob. Cit., p. 66.

O uso da imprensa na visita do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, à cidade de Propriá, situada ao norte do Estado de Sergipe, no polígono da seca, em região marcada pela avolumada concentração de terras, é exemplar para compreensão da transmissão de sentidos e valores que a imprensa pode produzir. Na ocasião, no mês de outubro de 1968, em meio à celebração dos 250 anos da Paróquia de Propriá, Dom Helder lançou seu veredito sobre a reforma agrária diante das autoridades políticas e civis:

“[...] Eu vou dar um exemplo delicado, mas vou dar. O Governo vem preocupado com a Reforma Agrária. Em princípios de 65, ele criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, substituindo a SUPRA, a Superintendência para a Reforma Agrária. Ainda em 65, ele declarou três áreas do Brasil prioritárias para a Reforma Agrária. O Nordeste está no meio [...] Pois, bem, vejam como o problema é grave [...] Não é fácil renovar uma estrutura injusta, uma estrutura que está ainda com muita força e muito poder [...] Nós temos no Brasil, hoje, três milhões e oitocentos mil propriedades. Estas [...] somam quatrocentos milhões de hectares. Sabem que quase a metade, quase duzentos milhões de hectares, está na mão de um por cento da população [...]”<sup>17</sup>.

Ainda que se perceba um tom moderado na defesa pela reforma agrária, com elogios a determinadas políticas governamentais, era um ato de coragem pressionar o governo, em seu ano de enrijecimento ditatorial. O jornal *A Defesa*, da Diocese de Propriá, nesse sentido, deu ênfase ao pronunciamento de Dom Helder, criando tópicos que imprimiam na edição as falas contundentes e denunciativas do arcebispo, encerrando a notícia com a sentença “Urgência da Ação, Justiça e Paz”<sup>18</sup>. Caso semelhante se deu com a vinculação da denúncia de tortura cometida contra dois padres maranhenses pelo mesmo jornal. Assim foi descrita a tortura sobre o padre José Magalhães Monteiro pela *Defesa*, ratificando o poder transmitido pela informação:

Foi amarrado nos punhos e nos pés, e pendurado num pau que ia de uma janela a uma mesa. Como se fosse um porco, aí ficou cerca de duas horas [...] Palavrões lhe foram dirigidos, zombarias, insultos [...]. Acusações sórdidas, pontapés, puxões de cabelo, bofetadas no rosto [...] tudo isto com o objetivo de fazê-lo confessar crimes que não cometeu. Culminando com a atrocidade do embalo nessa posição, ao som de canções de ninar ultraje à memória de sua mãe, já falecida [...] Depois de tanto suplício, sem mais domínio de si mesmo, o padre assinou tudo quanto lhe foi apresentado<sup>19</sup>.

Casos semelhantes já haviam ocorrido com o bispo alagoano dom Waldyr Calheiros, preso em 1969, após prestar solidariedade aos operários detidos por denunciarem as condições de trabalho a que eram submetidos na Companhia

---

<sup>17</sup> Cf. “Pregação feita por D. Helder Câmara em Propriá, a 20-10-68”. In: Jornal *A Defesa*, 22 de novembro de 1968, p. 3.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> Cf. “Presos dois Padres... (conclusão)”. In: Jornal *A Defesa*, 13 de setembro de 1970, p. 4.

Siderúrgica Nacional (CSN)<sup>20</sup>. Eram os contornos de uma nova identidade político-eclesial e pedagógica que se reproduzia em tendências da Igreja Católica. No entanto, a combatividade de uns não era acompanhada pela totalidade da Igreja.

Pela tendência conservadora do catolicismo, o engajamento dos setores identificados com a pregação progressista do clero era considerado problemático. Um importante intelectual tradicional da Igreja no Nordeste - peça-chave na deposição da Teologia da Libertação no Brasil -, dom Luciano Cabral Duarte, exprimiu da seguinte maneira seus desencantos com um dos itens constitutivos das “Conclusões de Medellín”: a crítica à “violência institucionalizada” no continente<sup>21</sup>. Em sua análise áspera acerca da assunção da opção pelos pobres na Conferência de Puebla em 1979, dom Luciano Duarte rememorou o breve diálogo que teve com um sacerdote hispano-americano, quando este último chamou o texto sobre as “injustiças institucionalizadas” na América Latina de “bomba de retardamento”<sup>22</sup>.

Dom Luciano Duarte, eleito arcebispo de Aracaju em 1971, sabia como poucos a hora de usar a imprensa para denunciar o que chamava de “reduccionismos” que eram cometidos pela “esquerda católica”<sup>23</sup>. Ademais, o arcebispo era bastante hábil para entender o momento certo de deixar os manifestos e as publicações midiáticas de lado. Foi assim que o religioso sergipano encabeçou o grupo responsável por obstaculizar o que seria o primeiro documento público oficial da Igreja acerca das torturas investidas contra os presos políticos da ditadura. Segundo o historiador brasileiro Kenneth Serbin, baseado em Relatório da Comissão Bipartite<sup>24</sup>, dom Luciano teria, em setembro de 1972, criticado o “Documento de Brodósqui”, no qual seria desvelado o método da tortura, cada vez mais instrumentalizado pelo Estado com o objetivo de obter informações dos adversários políticos encarcerados. Dom Luciano declarou que:

[...] não daria a sua adesão a um documento assim redigido, pois entendia que seria indisfarçável seu significado político. Isso porque não via qualquer referência ou expressa condenação aos assaltos que ocorrem diariamente nas grandes cidades e a outros crimes. A delimitação e restrição a torturas e a prisões tinha um sabor claramente unilateral e, certamente, manifestava propósitos políticos incompatíveis com um documento do episcopado [...]<sup>25</sup>.

---

<sup>20</sup> Cf. GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem. - Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014, p. 51.

<sup>21</sup> Cf. CONCLUSÕES DE MEDELLÍN. II Conferência do Episcopado Latino-americano. - São Paulo: Paulinas, 6ª Edição, 1968, Capítulo 2, Tópico II.

<sup>22</sup> Cf. DUARTE, Luciano Cabral. A Igreja às portas do ano 2000. - Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, 1989, p. 133.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 133-134.

<sup>24</sup> Cf. SERBIN, Kenneth. Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. - São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 281.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

Vale ressaltar que setores do clero progressista reconheciam os perigos para a Igreja advindos do estremecimento de suas relações com o Estado, como foi o caso do cearense dom Helder Câmara<sup>26</sup>. Destarte, identicamente setores do clero conservador, não raras vezes, saíram em defesa dos porta-vozes do campo progressista. Esse foi o caso do alagoano que se tornou arcebispo de Salvador, dom Avelar Brandão Vilela. Dom Vilela, que tinha sido um dos primeiros a propor um canal de comunicações entre a Igreja e o Estado – a fim de assegurar a conciliação entre as duas esferas<sup>27</sup> –, era conhecido por suas atuações em Pernambuco, Sergipe e no Piauí. Concordando com Serbin:

O arcebispo primaz era um moderado consumado com uma curiosa mistura de ar aristocrático e apelo popular. Vinha de uma família de senhores de engenho de Alagoas. Nos anos 30 e 40, padre Avelar exerceu profissões de prestígio, como professor de seminário e assessor do bispado de Aracaju [...]. Dom Avelar colheu numerosas honrarias reservadas à elite, como, por exemplo, sua participação na Academia Brasileira de Letras da Bahia e do Piauí. Nos anos 60 e 70, manteve laços estreitos com o Estado e até discursou na ESG. Apesar de sua condição de patrício, dom Avelar se preocupava com questões sociais e tinha muitos seguidores no meio do povo [...]. Dom Avelar era conhecido especialmente por sua habilidade em oratória sagrada. Diante de uma multidão ou na rádio, começava a falar suavemente e depois levantava a voz de maneira dinâmica que cativava seus ouvintes [...]. Os modos aristocráticos e o estilo retórico tradicional de dom Avelar faziam com que clérigos progressistas o rejeitassem<sup>28</sup>.

O arcebispo de Salvador tinha no jornal de sua arquidiocese, *O Mensageiro*, uma ferramenta basilar para expressar suas posições. Daquela maneira que, a título de exemplo, pôde defender o bispo da diocese de Propriá das acusações que recaíam sobre ele. Na ocasião, o bispo de Propriá, dom José Brandão de Castro, representando a Comissão Pastoral da Terra numa CPI que debatia o sistema fundiário brasileiro, no ano de 1977, denunciou taxativamente casos de grilagem de terras em regiões da Bahia. Por conta disso, deputados arenistas baianos o acusaram de estar a serviço do comunismo. Dom Avelar, pelo jornal *O Mensageiro*, condenou os abusos políticos do termo “comunista”, aplicado para criminalizar condutas, por vezes, legítimas<sup>29</sup>. As suas falas eram repercutidas intensamente nos jornais baianos *Tribuna da Bahia* e *A Tarde* – tanto suas publicações, quanto falas nos momentos em que eram utilizadas por

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 282.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 203.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 311-312.

<sup>29</sup> Ver, por exemplo, nota de *O Mensageiro* publicada por dom Avelar repercutida no jornal *A Defesa*, “Dom Avelar fala das acusações ao bispo de Propriá”. In: *O Mensageiro* apud *A Defesa*, 13 de junho de 1977, p. 4.

lideranças políticas<sup>30</sup> -, distribuindo os posicionamentos do arcebispo para outras latitudes.

Essas ações, aparentemente contraditórias, do clero testemunham a favor daquilo que o historiador Iraneidson Santos Costa chamou de “aplicabilidade circunscrita”<sup>31</sup> do uso das tipologias “progressista” e “conservador”, colocadas a fim de identificar as tendências orgânicas do catolicismo. Portanto, para entender mais eficazmente a “guerra de representações” dos intelectuais católicos nesse período cabe recorrer a instrumentais teórico-analíticos que dão conta da problematização dos campos postos na batalha das significações apostólicas, elucidando a complexidade que sobressaía das relações de poder no âmago da Igreja Católica.

### **“Opção pelos pobres ou Mito dos Pobres?": significações e ressignificações da opção preferencial pelos pobres no meio intelectual católico**

Após todos os debates que nasciam pautados nas discussões sobre o tema da pobreza, entre as décadas de 1960 e 1970, foi assumida em Puebla, definitivamente, a “opção preferencial pelos pobres” como uma das insígnias oficiais da Igreja Católica. Contudo, muito além da aparência, não era a vitória do clero progressista sobre o conservador. A heterogeneidade de leituras sobre aquela opção ganhou extenso relevo. Para Michael Löwy, a opção adotada em Puebla teve o caráter conciliatório, entendida pelos progressistas como um compromisso com as organizações e as lutas dos subalternos, mas interpretada pelos conservadores no tradicional sentido da assistência social<sup>32</sup>.

Para exemplificar o caso com maior contundência, torna-se adequado desnudar o entendimento de alguns intelectuais católicos sobre os significados do compromisso selado com os pobres. Usando dom Luciano como representante da *intelligentsia* católica menos receptiva ao movimento de renovação da Igreja, uma vez também sendo ele um dos mais respeitáveis intelectuais nordestinos do período, pode-se captar a essência das representações de uma dada tendência do catolicismo.

Dom Luciano doutorou-se na conceituada Universidade de Sorbonne, na França, no ano de 1957. Sua tese girava em torno da aproximação de Tomás de Aquino

---

<sup>30</sup> A título de exemplo, ver: “Formação da CPI sobre grilagem é retardada”. In: *Tribuna da Bahia*, 13 de maio de 1977.

<sup>31</sup> Cf. COSTA, Iraneidson Santos. “Eu ouvi os clamores do meu povo”: o episcopado profético do nordeste brasileiro. *Dossiê Teologia da Libertação 40 anos: balanços e perspectivas*. Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1461-1484, 2013, p. 1471.

<sup>32</sup> Cf. LÖWY, Michael. Ob. Cit., p. 124.

e David Hume<sup>33</sup>. Quando voltou à Aracaju, reassumiu a direção da Faculdade de Filosofia de Sergipe (FAFI). Antes disso, tinha recebido o título de doutor com a mais alta menção na Sorbonne<sup>34</sup>. Com todas essas qualidades, não tardou para assumir postos políticos, como o de membro do Conselho Federal de Educação (CFE). Isso se dava porque, concordando com Maria Rezende, as forças que tutelavam o Estado desejavam unificar os valores militares a outros valores, incluindo aí a moralidade cristã de corte conservador e reacionário<sup>35</sup>. Com isso, somava-se à fácil circulação do arcebispo nos meios de poder a entrada cada vez mais incisiva na imprensa local e nacional<sup>36</sup>.

No ano de 1989, sai o resultado de uma compilação de artigos escritos por dom Luciano nos jornais em que trabalhava como colunista. Em um dos artigos, o arcebispo sergipano lançava sua visão sobre a opção pelos pobres. Para ele, o formato que os progressistas queriam imprimir à opção estava fermentado por um “neconstantinismo pelo avesso”, no qual estaria presente a busca de uma Igreja atrelada ao “poder dos pobres”<sup>37</sup>. Segundo Luciano, a intenção dos “avançados” seria prejudicial à hierarquia e, sendo assim, à tradição católica. O arcebispo concluía a sentença afirmando que a opção era fruto de uma investida do “grupo esquerdizante” do catolicismo, referenciando-se num sociólogo uruguaio para caracterizar a opção como “Mito dos Pobres” ou “Pobrismo”<sup>38</sup>.

Diferentemente das investidas dos intelectuais contrários ao estilo da opção pelos pobres, outros intelectuais, na condição de orgânicos de movimentos de base da Igreja, procuraram estender os sentidos daquela opção. Foi o caso do importante teólogo Leonardo Boff, que chegou a falar que a opção pelos pobres estava conectada à luta contra a pobreza e se direcionava a causa da justiça social com sua consequente libertação<sup>39</sup>. No Nordeste, a posição de Boff foi acompanhada por distintos teólogos, religiosos e militantes políticos leigos. No entanto, notam-se complexas questões a respeito da funcionalidade cumprida pelos intelectuais orgânicos no seio de um grupo ou classe social a ser representada.

---

<sup>33</sup> Cf. MORAIS, Gizelda. Dom Luciano Duarte. Relato Biográfico. – Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008, p. 112.

<sup>34</sup> Conferir documento “Jubileu de Cura de Vida Sacerdotal: Dom Luciano José Cabral Duarte (18 de janeiro de 1948 – 18 de janeiro de 1998)”. In: Arquidiocese de Aracaju.

<sup>35</sup> Cf. REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. – Londrina: Eduel, 2013, p. 4.

<sup>36</sup> Cf. MORAIS, Gizelda. Op. Cit., p. 318.

<sup>37</sup> Cf. DUARTE, Luciano Cabral. Op. Cit., p. 134.

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> Cf. BOFF, Leonardo. Op. Cit., p. 37.

Incorporando elementos da análise gramsciana acerca dos intelectuais orgânicos ligados aos movimentos de base e sociais, Luiz Alberto Gómez de Souza lembra que a organicidade dos intelectuais não está necessariamente ligada à sua classe social originária, pontuando, contudo, que:

[...] sua articulação tende a dar-se com uma das classes fundamentais. Entretanto, a origem [do intelectual] não deixa de colocar problemas. Assim, um intelectual que sai da pequena burguesia, ainda que se julgue a serviço dos setores populares, pode estar deixando que se filtrem os preconceitos de sua classe originária e o caráter oscilante, ambíguo e inseguro da pequena burguesia. Por essa razão se impõe uma implacável autocrítica, para detectar as raízes de algumas reações, paixões e tendências, assim como um esforço de “desenclasseamento” vital e mental [...]. Para isso o material do trabalho dos intelectuais que se querem unir aos esforços das classes populares deve ser a história mesma de suas lutas e não o debate de teses ideológicas [...]. Não basta uma aproximação mental. Ela deveria ser mais profunda e existencial<sup>40</sup>.

Tal asseveração explica de modo perspicaz os motivos que faziam muitos intelectuais orgânicos de bases populares da Igreja se distanciar diametralmente do conforto e das benesses oferecidas pelos grupos que ou lembravam sua classe originária, ou que representavam o perigo de uma possível capitulação das ideias e ideários levantados por eles. A chegada do frade cearense Roberto Eufrásio à cidade sergipana de Graccho Cardoso elucidava singularmente os cuidados que tinham os sujeitos empenhados a se organizar junto dos populares com o intuito de pôr em prática sua leitura acerca da opção preferencial. Em uma das passagens de seus relatos sobre as andanças que tivera nas regiões mais pobres do Nordeste, fica evidente a estratégia do frei Roberto Eufrásio em não correr o risco de contaminar sua linha eclesial, uma vez aceitando estadia nas fazendas dos caciques políticos da cidade de Graccho Cardoso<sup>41</sup>.

Além disso, o religioso, enquanto orgânico dos movimentos sociais e de base da Igreja, liderava encontros de formação, articulando as suas atividades apostólicas com a organização de trabalhos de base, capazes de formar novos quadros a enfileirar, dentre outros organismos, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) - à luz da Teologia da Libertação e da opção pelos pobres. Os significados que o frade dava aos elementos constitutivos de um cristianismo da libertação encontram-se, dentre outras fontes, nas lições que dissera ter aprendido na “Escola de Jesus”<sup>42</sup>. No texto *Caminhando com Jesus*, frei Roberto imprime uma das lições, segundo ele, aprendidas:

Na escola de Jesus aprendi a ouvir os gritos dos crucificados de nossa sociedade nordestina [...]. Descer da cruz os crucificados é nossa tarefa de homens e

<sup>40</sup> Cf. SOUZA, L. A. G. op. Cit., p. 68-69.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Frei Roberto Eufrásio. *Caminhando com Jesus: uma experiência missionária no Nordeste*. - João Pessoa: Ideia, 2006, p. 59.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 166.

mulheres de fé. Por isso, tive de estimular sua organização, apoiar suas pequenas e grandes lutas, comunicar-lhes esperança, participar de suas manifestações, estar presente em seus acampamentos, apresentar sua situação nas assembleias diocesanas, ser batido, preso e processado. Hoje percebo que contribuí no descimento [da cruz] de muitos<sup>43</sup>.

Na quarta e última lição, frei Roberto exprime o que, segundo ele, representava a opção pelos pobres, sendo acompanhado por uma leva de cristãos em contraposição rigorosa aos mais conservadores e reticentes com as visões elencadas pelos ditos progressistas. Assim ele encerra suas lições, recorrendo a passagens bíblicas e imagens alegóricas:

[...] os pobres são os escolhidos de Deus. Jesus veio evangeliza-los (Mt 11, 2-6) e bendisse ao Pai numa explosão de alegria porque ele revela aos pobres e pequeninos os valores do seu Reino e esconde aos sábios e poderosos (Mt 11, 25-26). Graças a Deus que me confiou essa missão de evangelizar os pobres e, portanto, de com eles conviver. Pois sem eles não há evangelização<sup>44</sup>.

Os procedimentos teológicos e eclesiológicos de dom Luciano e do frei Roberto Eufrásio, no trato da opção pelos pobres, são rigorosamente antinômicos. Cabe destacar, entretanto, que os mais abertos à opção não tinham as mesmas condições de disputar num cenário rigidamente adverso aos críticos da ordem estabelecida. Os mais conservadores, por sua vez, tinham o sinal verde do *status quo*. Dom Luciano, por exemplo, além de ser membro do CFE, tinha trânsito livre nos meios elitistas, escrevendo em jornais de relevo nacional – como, por exemplo, o *Estado de São Paulo*, a *Folha de São Paulo* e a *Veja* -, contando também com o controle de canais de comunicação religiosos que enfatizavam seu elo com as massas. A proibição que dom Luciano sentenciou contra a participação do bispo Dom José Brandão de Castro na *Rádio Cultura* - negando defesa daquele bispo aos posseiros presos por atuarem no conflito em Santana dos Frades - testemunha seu arsenal de restrição<sup>45</sup>.

Enquanto os mais abertos tinham a desvantagem de defender reformas estruturais em um ambiente enrijecido pela ditadura militar, por onde quaisquer ojerizas contrárias às políticas do governo poderiam resultar em maior repressão social e política. De qualquer forma, por volta de 20 bispos nordestinos foram capazes de lançar, ainda no ano de 1973, um manifesto explosivo que não se limitava a ser apenas um contraponto aos ditames repressivos do regime ditatorial. O documento, chamado de *Eu ouvi os clamores do meu povo*, assinado pelas lideranças religiosas tinha a argúcia de incluir em seu cortejo de críticas, de modo rebuscado, condenações ao modelo

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 167.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 219.

econômico adotado pelo governo autoritário<sup>46</sup>. Tudo aquilo em meio às propagandas massivas da ditadura sobre o suposto “milagre econômico”.

### **Uma batalha distante de ser consumada**

Longe de um esgotamento das múltiplas perspectivas eclesiais no tocante a opção pelos pobres, com a assunção do papado de Francisco, no ano de 2013, os debates e reflexões que tocam a insígnia recrudescem. Após décadas de papados conservadores, os quais perfilaram o movimento de refluxo do *aggiornamento* católico inaugurado no Concílio Vaticano II, o papa Francisco reacende para a Igreja o debate em torno da opção pelos pobres.

Porém, atrás da proposta do papa argentino reaparecem novamente, de modo incisivo, as representações que lembram a sentença que dom Luciano jogou contra Leonardo Boff no ano de 1985, ao intitular de “rebeldia contra Roma”<sup>47</sup> os quesitos pontuados pelo teólogo da libertação em seu famoso livro *Igreja: carisma e poder*. Dessa forma, os intelectuais mais tradicionais e conservadores da Igreja Católica se manifestam publicamente, por meio de manifestos e entrevistas<sup>48</sup>, na oposição de determinadas iniciativas de Francisco. Em síntese, a guerra de significações que tange uma das expressões do cristianismo da libertação, a sua opção preferencial pelos pobres, permanece enquanto uma batalha distante de chegar a sua consumação.

---

<sup>46</sup> Cf. LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. Op. Cit., p. 185.

<sup>47</sup> Cf. DUARTE, Luciano Cabral. O caso Boff e a rebeldia contra Roma. – Brasília: SBEF Edições, 1985.

<sup>48</sup> A título de exemplo, conferir: Entrevista “Cardeal Burke adverte que se o Papa não esclarecer a confusão, farão ‘um ato formal de correção a um erro grave’”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/562405-cardeal-burke-adverte-que-se-o-papa-nao-esclarecer-a-confusao-farao-um-ato-formal-de-correcao-de-um-erro-grave> (acesso em 24 de novembro de 2016).